

ANÁLISE DA CONJUNTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Breve balanço das principais atividades realizadas no âmbito educacional pela CONTEE na gestão que se encerra:

1-Participação na organização das etapas municipais, estaduais e Nacional da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

2-Realização de 02 (dois) encontros organizados pela CONTEE e MEC, com o objetivo de proceder à preparação da entidade na CONAE. Preparatórios para a organização de nossa participação na CONAE.

3- Realização do Seminário de Educação Superior.

4-Participação em encontros e seminários com outras entidades de educação. Preparatórios para a Conferência Nacional da Educação.

5-Participação em atividades educacionais internacionais, destacando-se os encontros de educação superior que aconteceram nos dias 09, 10 e 11 de 2009 e em 07e 08 de novembro de 2011 em Buenos Aires, bem como o congresso da CONFEDERACIÓN DE EDUCADORES AMERICANOS realizado em São Paulo nos dias 23, 24 e 25 de março de 2011, com o tema: “Construyendo La unidad em La diversidad, comprometidos con uma educación al servicio de nuestro pueblos”.

6- Desenvolvimento da campanha “Educação não é Mercadoria” e seus desdobramentos em que nossas bandeiras sobre a instituição de um sistema nacional de educação foram colocadas.

7- Participação em todas as etapas de tramitação do PNE, apresentando emendas, fazendo o trabalho com os parlamentares, com a relatoria e com parceria com as entidades de educação.

8- Atuação significativa na aprovação da lei do PRONATEC, propondo emendas exigindo que o “Sistema S” respeitasse as Leis nacionais da educação, contratando somente professores para a educação formal e média profissional I. Atualmente, há o desenvolvimento de um trabalho na construção de um Projeto de Lei com esse conteúdo que emende a Lei do PRONATEC, junto com o gabinete da Senadora Vanessa Grazziotin.

9- Prosseguimento do trabalho de representação na CONAES e CONAP.

10- Composição no Fórum Nacional de Educação que tem como tarefas, entre outras, acompanhar a tramitação e depois a efetivação das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, organizar os fóruns estaduais e municipais e realizar, até o próximo PNE, mais 02 (duas) conferências nacionais de educação.

11- Participação, junto à Secretaria de Educação Básica, na formulação dos parâmetros curriculares da educação infantil e atuação, junto ao CNE, nos debates sobre os novos parâmetros para o ensino médio.

12- Participação ativa das audiências públicas realizadas pela Câmara de Educação Básica do CNE para discutir os convênios públicos / privados que colocam, no sistema municipal, as instituições conveniadas de educação infantil. Nessas audiências a CONTEE defendeu que os trabalhadores das conveniadas tivessem também direito a plano de carreira e às mesmas condições de trabalho das instituições públicas municipais, além de defender que a prioridade fosse de criação de novas vagas públicas, em instituições públicas, dando um prazo para o término desse tipo de conveniamento.

13- Organização em curso, junto à Secretaria de Regulação do MEC, de um seminário cujo objetivo será discutir a regulação da educação superior privada e as aditividades de regulação e fiscalização diante da financeirização da educação superior. Esse seminário acontecerá (data indicativa) em outubro de 2012 e será realizado pela CONTEE, UNE e MEC.

14- Constituição, junto à Secretaria de Regulação do MEC, de uma comissão

com representação do MEC, MTE e CONTEE para construção de parâmetros gerais de plano de carreira. Tais parâmetros são necessários para a regulação, uma vez que o plano de carreira homologado pela MTE é condição para a avaliação de curso e institucional. Como não há um parâmetro geral do que deveria conter um plano de carreira, qualquer coisa colocada no MTE é homologada.

15- Realização, durante a tramitação do PNE, de uma audiência pública sobre financeirização da educação e sobre regulamentação da educação superior na comissão especial.

Conjuntura:

Se compararmos o quadro apresentado no nosso último CONATEE, a um ano de se completar uma década de um governo de coalizão, já na gestão atual da Presidenta Dilma Rousseff, com maioria no parlamento e no Senado Federal, não veremos muitas novidades no quadro educacional.

Mantém-se ainda uma grande preocupação de ampliar o acesso aos vários níveis e modalidades de ensino e de melhoria de sua qualidade. Todavia, o momento político, econômico e social reflete totalmente a forma como a sociedade se organiza, como as relações se estabelecem e ainda a nossa capacidade de interferir na organização direta da política educacional.

Os índices de defasagem e exclusão da educação no nosso país se mantêm praticamente intactos, com pequenas alterações na educação superior, com o crescimento da rede pública e educação infantil com a aprovação da lei que torna obrigatória a educação a partir dos 04 (quatro) anos e com a tendência em aumentar a oferta da educação profissional com a expansão das vagas públicas contidas no PRONATEC.

Ocorreram também tímidas melhorias no financiamento com a aprovação do FUNDEB e do piso nacional dos professores da educação básica que ainda vem demandando muita luta pela sua implementação.

A política de ampliação da rede pública de educação superior, com a construção de novos campi e implantação do REUNI, que aumentou as vagas nas instituições federais, necessita ainda ser consolidada através da melhoria de condições físicas, contratação, através de concurso, de um grande número de professores e aprimoramento de um plano de carreira que mantenha a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas novas instituições. Os professores da rede federal manifestaram, através de sua greve nacional, enorme insatisfação com a forma como está se dando a ampliação da rede federal e também a sua preocupação com a qualidade da educação superior pública federal.

No que se refere à educação privada, sua desregulamentação continua como o forte da política educacional brasileira, com o agravante da financeirização e desnacionalização da educação superior. O patronal e os outros privatistas, com forte atuação política, têm alcançado êxitos na desregulamentação da educação privada e sua liberalização.

A realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) representou um avanço na forma democrática de articular, desde os municípios, estados e em âmbito nacional, todos os sujeitos políticos do campo educacional e do movimento social no debate e deliberação sobre os princípios e diretrizes da educação nacional.

Foi um grande avanço a CONAE ter aprovado o Sistema Nacional da Educação que articula os sistemas municipal, estadual e federal e normatiza a educação nacional pública e privada. A conferência avançou, também, ao apontar a relação de qualidade da educação com gestão democrática, mostrando que a qualidade educacional se relaciona com a formação de um cidadão para uma sociedade democrática.

A Conferência discutiu também a necessidade de democratização das instâncias governamentais e dos conselhos em todos os âmbitos. Além disso, aprovou o Fórum Nacional de Educação cujo objetivo será acompanhar a tramitação e aplicação das políticas públicas em educação, a começar pelo PNE; organizar os Fóruns estaduais e municipais de educação e realizar, a cada 04 (quatro) anos, uma Conferência

Nacional de Educação.

A questão da gestão democrática foi, sem dúvida, o ponto de maior tencionamento da Conferência. Os privatistas, de um lado, e as entidades de educação ligadas aos trabalhadores, profissionais e estudantes, de outro.

Os privatistas não querem gestão democrática e nem liberdade de organização para estudantes, professores e auxiliares. Em nome da liberdade de atuação que, segundo eles, a Constituição lhes confere, o patronal e seus representantes lutam contra a democratização da educação brasileira. Eles atuam também no sentido de inviabilizar a constituição do sistema nacional de educação cujo objetivo será normatizar e dar orientações únicas de padrão de qualidade e gestão democrática tanto para a educação pública como privada.

Apesar de a Conferência ter sido um grande avanço e um espaço representativo e democrático de discussão da educação nacional, o compromisso de tomá-la como referência para a construção do PNE não foi cumprido pelo executivo que mandou para o parlamento um projeto de lei que muito pouco refletia o que tinha sido apontado pela CONAE. Assim, não por acaso, tal projeto recebeu, no início de sua tramitação, mais de 03 (três) mil emendas. Isso nos faz questionar a própria validade das Conferências, uma vez que o governo, como um dos sujeitos participantes, não respeitou as indicações que foram democraticamente definidas. A CONTEE considera que as deliberações das Conferências devem ser o parâmetro para a elaboração das políticas públicas e das ações governamentais na educação.

Nossa participação no Fórum Nacional de Educação, que terá como tarefa a organização das próximas conferências nacionais, deverá destacar essa nossa crítica e preocupação em não desprestigiar uma organização política tão importante e representativa como têm sido as conferências de educação, em especial a Conferência Nacional de Educação.

Diante dos grandes desafios colocados para a educação nacional, a grande luta da CONTEE vem sendo pela ampliação de investimento e vagas nas escolas públicas, cumprimento do piso nacional, ampliação dos investimentos em educação com a

aplicação de 10% do PIB para a educação.

Lutamos pela democratização da educação brasileira desde as escolas até as estruturas de estado e governos, pela valorização dos profissionais da educação pública e privada, pela exigência de plano de carreira para todos os profissionais da educação. Lutamos pela qualidade da educação pública e privada e pela expansão da educação de tempo integral com ampliação das atividades culturais na escola e com a formação profissional.

É urgente a ampliação e canalização de esforços para que se criem processos regulatórios eficientes, que inibam a expansão do setor privado na educação superior que ocorre, ainda de forma desenfreada e desqualificada, sem uma supervisão e fiscalização completa, conforme exigências e recomendação do SINAES. A ineficiência de regulação vem permitindo cada vez mais que negociações de instituições superiores sejam feitas na bolsa de valores, o que descaracteriza a função social e pública da educação, esvaziando o caráter estratégico da educação superior e colocando em risco a formação de toda uma geração. Educação não é mercadoria! Não à financeirização e desnacionalização da educação superior!

É importante termos clareza de que a universidade que queremos para uma nova sociedade só será possível com a combinação do ensino, pesquisa e extensão; garantia da formação para os trabalhadores em educação; plano de carreira; qualidade de ensino. Trabalhadores valorizados, democracia interna e de liberdade de organização das categorias da comunidade universitária; políticas de assistência estudantil; formação de cidadãos e profissionais competentes, com visão de desenvolvimento sustentável do país, com comprometimento de superação das desigualdades sociais. A universidade que queremos é incompatível com os interesses dos empresários da educação.

A educação a distância tem sido outro exemplo de como as orientações privatistas determinam a educação nacional e sua frágil regulamentação. Tal modalidade, que poderia ser grande instrumento para levar educação de qualidade para pessoas com maior dificuldade de acesso, levar conhecimento a quem não tem ou onde não existe

outra modalidade de educação, ao contrário, vem sendo utilizada pelos empresários da educação para lucros financeiros rápidos. Esses empresários se apropriam do discurso da democratização do acesso, mas o que fazem, na verdade, é se utilizarem dessa modalidade para aumentar os seus lucros através da precarização da educação, do ensino e a flexibilização de direitos dos trabalhadores.

A educação a distância se expande no Brasil sem regulamentação, fiscalização e supervisão eficazes. A maioria dos cursos ofertados são de baixa qualidade. O Estado, ao permitir esse avanço sem qualidade, coloca-se aquém do que se espera do processo de democratização do acesso à educação. A educação a distancia hoje, em nosso país, tem sido desenvolvida majoritariamente por universidades, institutos, centros, faculdades sem qualidade, e por grupos estrangeiros que oferecem formação tecnicista, para a demanda de mercado, sem qualidade efetiva e sem preocupação com a formação de um ser humano crítico e de um cidadão competente capaz de construir suas próprias ideias e lutar por seus ideais.

A CONTEE levanta como bandeira a ampliação da educação básica pública, com melhoria de sua qualidade, elementos fundamentais para o desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento nacional. Luta também para que a educação básica privada implemente os parâmetros nacionais de compromisso pela gestão democrática e qualificação dos profissionais da educação com efetivo de plano de carreira.

As exigências colocadas pelas políticas públicas para a educação pública devem ser as mesmas para a educação privada. A CONTEE tem chamado a atenção para a necessidade de fortalecimento e democratização dos conselhos municipais e estaduais de educação, uma vez que se constituem como instâncias a quem cabe autorizar e fiscalizar o funcionamento das instituições de educação infantil, fundamental e média da rede pública e privada. Esses conselhos deveriam se constituir em organizações que exigissem, dentro de um sistema nacional de educação, que todos os entes federados e em todos os níveis de ensino, tanto para a educação pública como privada, respeitassem os mesmos padrões de valorização dos profissionais da educação, de qualidade e de gestão democrática.

Em todos os Fóruns que a CONTEE atua, temos frisado a necessidade de valorização de todos os profissionais de educação, tanto professores como da administração escolar. A qualidade da educação passa pela valorização dos educadores. Todos os trabalhadores que atuam nas escolas e centros de formação são, por essência, educadores, devendo, portanto, ter formação e carreira compatível com a função social que exercem.

Tais temas, que têm alimentado os documentos, encontros, seminários e audiências com os Ministros da educação, com as diversas secretarias do MEC, além de nossa atuação nas comissões nacionais e no Fórum Nacional de educação, deram o conteúdo à nossa atuação na Conferência Nacional de Educação e na proposição das emendas que a CONTEE apresentou ao PNE e ao PRONATEC.

A CONTEE tem denunciado os desmandos coletivos das instituições privadas e levado ao conhecimento do Ministério as denúncias que chegam das entidades. Tem feito diversas interferências para conseguir um assento no CNE que é instância de deliberação da política educacional nacional e instância de recurso. O CNE, além de apresentar uma constituição que está muito longe do que deveria ser uma instância democrática, tem hoje contemplada, de forma explícita, a representação majoritária do patronal e dos privatistas .

Vivemos hoje uma crise do projeto neoliberal, que, cada vez mais, tem fortalecido o seu lado mais conservador e antidemocrático. Na Europa e nos Estados Unidos, o capital financeiro, verdadeiro provocador da crise, tem sido poupado e tem mantido seus lucros, enquanto os trabalhadores sofrem com o desemprego e com a retirada de direitos. O ataque à educação pública e ao financiamento estudantil, a diminuição de verbas para a educação têm ocasionado a resistência e luta dos trabalhadores na Europa e Estados Unidos.

O Chile, que realizou a implementação mais radical do projeto neoliberal na educação, com a liquidação da educação pública, tem presenciado uma grave crise educacional, o que tem levado milhões de estudantes e profissionais da educação a enfrentar a repressão na luta pelo resgate da educação pública de qualidade nesse

país.

No Brasil, lutamos para que a educação seja considerada prioridade. Apesar de não estarmos reivindicando muito, apenas um aumento pequeno nos investimentos da educação pública, o que tem predominado é uma visão conservadora da casa civil e do planejamento que não entende educação como investimento público e direito de todos.

O neoliberalismo é estrutural do Capitalismo. Assim, a luta pela derrota desse projeto pressupõe a luta pela soberania das nações, pelo desenvolvimento com democracia e valorização do trabalho e pela ampliação dos direitos e pela melhoria das condições de vida da maioria da população. Vivemos num sistema capitalista, no qual todas as reformas necessárias na Educação brasileira não são fáceis de acontecer. Nesse contexto, a luta é dura e árdua, mesmo no Governo da Presidenta Dilma, pois, por se tratar de um governo de coligação de grupos de esquerda até centro, há vários interesses distintos e concepções diversas de mundo e olhares contraditórios. A luta por uma reforma democrática da educação brasileira que regule a educação pública e privada quebra com esses paradigmas conservadores, colocando no lugar a democratização e a qualidade de ensino.

No entanto, contraditoriamente no Brasil, vivemos também um momento propício para as reformas educacionais, uma vez que se coloca na ordem do dia, para as forças progressistas e antineoliberais, a luta pela construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional soberano e democrático. A CONTEE e as outras entidades de educação devem aproveitar essa contradição no sentido de arregimentar forças e construir um movimento que fortaleça a luta para que o projeto de desenvolvimento soberano e democrático se concretize sustentado politicamente pela aliança das forças avançadas da sociedade brasileira. Para tal, é preciso que se realize uma ampla reforma educacional que coloque a educação pública como prioridade, regule a educação privada e democratize, com qualidade social, a educação brasileira em todos os níveis. O fortalecimento da unidade dos trabalhadores de educação com a sociedade brasileira é condição primeira para tornar essa luta possível.

A nova gestão tem esse desafio pela frente. A CONTEE lutará por avanços na educação básica e educação superior, pois, se há algo errado no ensino privado, temos que continuar na luta para mudar e transformar esse cenário. Assim, com esse objetivo, a CONTEE tem como Plano de Luta para a próxima gestão os seguintes pontos fundamentais:

1. A regulamentação do ensino privado;
2. O orçamento participativo nas universidades públicas e privadas;
3. A obrigatoriedade de políticas de assistência estudantil nas instituições privadas;
4. A liberdade de organização dos estudantes, técnico-administrativos e professores;
5. As avaliações internas – implementação completa do SINAES;
6. A luta pela aprovação de pontos avançados sobre a regulamentação, contida na Reforma Universitária (PL-7200), como a criação do conceito de função social do ensino superior, público e privado;
7. O cumprimento da Constituição Federal de 1988, da LDB de 1996 e de todas as leis e dispositivos legais concernentes à educação superior no Brasil;
8. A gestão democrática, com efetiva participação dos docentes, técnico-administrativos e dos discentes nos órgãos colegiados dirigentes nas Universidades, Centros Universitários, Faculdades e demais Instituições de educação superior;
9. A fiscalização regular do MEC a todas as IES, proibindo o funcionamento de cursos e IES que não cumprirem as exigências legais previstas;
10. O aumento da participação efetiva de organizações de trabalhadores da educação no CNE e de representantes da sociedade civil organizada;
11. A valorização da carreira docente com adoção dos parâmetros básicos para elaboração, enquadramento e promoção dos docentes, conforme as exigências

requeridas para todas as IES sejam elas públicas ou privadas, especificamente na adoção do Regime de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva para, pelo menos, 1/3 do quadro efetivo das IES e mais 2/3 com regime de trinta ou vinte horas semanais;

12. A manutenção e expansão dos direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e sindicais para os trabalhadores da educação (geral);

13. O cumprimento das finalidades das universidades de desenvolverem, indissociavelmente, atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento local, regional e nacional em cooperação com órgãos públicos das esferas federal, estaduais e municipais, além de organizações da sociedade civil;

14. A democratização pelo acesso das camadas e grupos sociais da população prejudicadas por séculos de exclusão social, especialmente afro-descendentes, indígenas e cidadãos e cidadãs de baixa renda;

15. A transparência nas contas das IES, especialmente aquelas que se beneficiam de isenções pela filantropia ou através dos programas de bolsas de estudos;

16. O controle social, com participação da comunidade acadêmica e científica, na criação, extinção e alteração de cursos e currículos que devem ser adaptados às necessidades regionais;

17. O incentivo à educação permanente e ao aperfeiçoamento acadêmico com a concessão de licenças com vencimentos e de bolsas para a realização de cursos de graduação, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós-doutorado para todos os trabalhadores da educação;

18. A rigorosa fiscalização da adoção de programas de educação a distância para que não se facilite a venda de diplomas ou a precarização das condições de trabalho dos docentes e a qualidade da formação dos discentes;

19. O imediato veto ao ingresso de capital internacional para investimento no setor

educacional;

20. O imediato veto à negociação das ações de empresas com atividade de ensino na Bolsa de Valores;

21. A não interferência de organismos internacionais nos rumos da educação nacional, contra o PREAL e todas as suas diretrizes;

22. A exigência de que a formação inicial de professores se dê, exclusivamente, de forma presencial, com, no mínimo, quatro anos de duração e que a oferta de cursos a distância para essa categoria seja restrita à formação continuada ou a regiões remotas do país;

23. A garantia da formação continuada em serviço, custeada pela própria instituição de ensino;

25. A inclusão de conteúdos relacionados ao sindicalismo nos currículos escolares, bem como o incentivo à criação de pós-graduação no movimento sindical;

24. Assegurar a participação efetiva no Fórum Nacional de Educação – FNE reconhecendo sua importância bem como na Conferência Nacional de Educação e articular juntamente com outras entidades de educação que a referida conferência seja de fato espaço de elaboração e orientação para implementação de políticas públicas;

25. Incentivar o desenvolvimento de um trabalho pelos Sindicatos filiados à CONTEE de ampla informação aos professores e técnicos administrativos que atuam na educação infantil, de modo a assegurar sua representação e sindicalização, bem como a garantia dos seus direitos;

26. A CONTEE deverá buscar viabilizar um Projeto de Lei garantindo aos trabalhadores em educação tempo reservado ao trabalho extraclasse, bem como a remuneração de horas extras para reuniões e atividades escolares que acontecerem fora da jornada de trabalho;

27. O apoio ao movimento sanitário brasileiro em defesa do sistema único de saúde

(SUS), bem como o incentivo e participação de iniciativas que ajudem na investigação, análise e compreensão da complexa relação de saúde e trabalho na área de educação, sobretudo aquela que possibilita revelar possíveis nexos causais;

28. A luta pela CONTEE por uma rigorosa regulação e fiscalização no papel das fundações educacionais, exigindo-se transparência de suas contas, projeto acadêmico e representação em seus órgãos de gestão. Exigência também de autonomia financeira e acadêmica dos mantidos em relação às mantenedoras.

Para a Educação a Distância defendemos:

1. Toda aula do (a) professor (a) autor (a) deverá ser expressamente autorizada para uso, em cada curso, ficando automaticamente suspensa a autorização, em caso de demissão do (a) professor (a);
2. A IES disponibilizará todo material e infraestrutura para gravação das aulas;
3. O professor (a) em EAD será contratado em regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, sendo que o atendimento via on-line não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais, ficando o restante do tempo para preparação de aulas e atendimento presencial;
4. O atendimento aos alunos deverá ser, obrigatoriamente, no ambiente da instituição ofertante, sendo proibido o fornecimento para os alunos do telefone e e-mail particular do (a) professor (a);
5. Os equipamentos de multimídia utilizados pelos docentes na execução de planos de trabalho, devidamente sintonizados com o plano pedagógico da instituição, deverão ser por ela disponibilizados;
6. Para contratação de professores na modalidade em EAD, as instituições de ensino devem obedecer à convenção coletiva de trabalho da categoria dos professores;
7. Os estabelecimentos de ensino que ofertam cursos/disciplinas na forma de EAD remunerarão os docentes que neles atuarem, com, no mínimo, o valor da hora-aula paga aos professores dos cursos regulares presenciais, respeitando as

especificidades dessa oferta, pagando os direitos decorrentes da elaboração dos materiais, a docência propriamente dita e o atendimento aos alunos;

8. As IES poderão contratar para as atividades de gravação de conteúdos para alunos em EAD, exclusivamente, professores (as) com formação acadêmica em nível superior. (Garantir que somente professores (as) capacitados (as) e formados (as) possam gravar aulas);

9. O número máximo de 15 (quinze) alunos (as) por professor-tutor;

10. Os professores que atuam na EAD, bem como os professores tutores em disciplinas virtuais, na mesma instituição e nos respectivos polos, terão direito a férias e recesso escolar, conforme prevê a CCT da categoria;

11. A cobrança às autoridades de critérios transparentes que proíbam o uso de verbas públicas, como o PROUNI, em instituições sem comprometimento com a qualidade e o respeito aos profissionais da educação e com dívidas no INSS e contribuição previdenciária.

Assinam: Diretoria Executiva